

---

O Programa de Educação Patrimonial (PEP) é fruto de uma exitosa parceria entre o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers). A iniciativa começou em 2008, a partir de um projeto de extensão que passou a incorporar diversas ações vinculadas à educação patrimonial. Além de promover a difusão arquivística através de oficinas para estudantes da educação básica, o PEP também capacita graduandos de história e oferece cursos de formação para professores sobre os usos possíveis do acervo da instituição arquivística e dos seus espaços para produção do conhecimento. Calcada na conscientização sobre a importância do patrimônio cultural arquivístico e no debate de temas sensíveis para a sociedade brasileira, a iniciativa já levou ao Apers quase 16 mil estudantes. Nessa entrevista, conversamos com as condutoras do programa, a professora doutora **Carla Simone Rodeghero**, titular da UFRGS, e a historiadora **Clarissa Sommer Alves**, mestre em História e analista em assuntos culturais do Apers.

---

**[Acervo]** Para começarmos, gostaríamos que vocês pudessem historiar a trajetória do programa desde o começo. Quais foram as fases que o PEP atravessou ao longo desses quase 12 anos?

**[Carla Rodeghero]** O planejamento de ações educativas conjuntas entre a UFRGS e o Apers se deu a partir de 2008, quando da abertura do edital do Programa de Extensão Universitária (ProExt), do Ministério da Educação. Este edital era parte de uma política pública de fomento à extensão universitária, então em curso. A ele se associou uma necessidade nossa de construir espaços para a realização de estágios em educação patrimonial para o curso de licenciatura em história, porque estávamos no primeiro ano de implementação de um novo currículo que exigia isso. Esses fatores – e também o desejo do arquivo de dar continuidade a ações educativas que já existiam anteriormente – levaram à formação de uma equipe responsável por desenvolver uma oficina de educação patrimonial. Em 2009, começamos a oferecer essa primeira oficina ao público escolar. Concorremos com sucesso ao edital do ProExt por vários anos. Às vezes, os recursos obtidos cobriam as despesas ao longo de dois anos e isso permitia a formação de equipes permanentes e o pagamento de transportes, para que as escolas pudessem trazer suas turmas ao arquivo, além da confecção de todo o material didático necessário para que as oficinas ocorressem.

**[Clarissa Sommer]** A partir de 2009, a iniciativa foi registrada como projeto de extensão na UFRGS. No arquivo, foi um momento de reflexão, de lidar com esse novo projeto que não era algo orgânico à instituição. O arquivo passou a olhar de outro modo para o lugar das ações educativas. E, aos poucos, esse espaço foi construído. Reivindicamos que a atividade não deveria acontecer apenas porque a universidade havia nos procurado, mas também por ser importante no cotidiano de uma instituição arquivística. Com o tempo, o Apers passou a encará-la como um serviço institucional. Hoje, sinto que já conseguimos consolidar essa compreensão – que é muito importante para o contexto dos arquivos públicos brasileiros. Ainda em relação à fase inicial, é importante salientar que o programa já nasceu ancorado em um tripé, cujas bases são: a oferta de oficinas para estudantes da educação básica, a capacitação deicineiros (que são estudantes de graduação, em geral de história) e a formação de professores da educação básica. É a partir desse tripé que se consolida a ideia do programa, pois não estamos falando apenas de oficinas isoladas. A ideia é acolher um público amplo: os jovens estudantes da educação

básica, os seus professores e os futuros professores – que poderão ser multiplicadores do debate sobre a importância dos usos educativos das fontes arquivísticas.

**[Acervo]** *O tripé mencionado nos faz identificar também uma espécie de triângulo entre a universidade, o arquivo e as escolas. Do ponto de vista dos dois primeiros agentes, o que motiva o desenvolvimento do programa?*

**[Carla Rodeghero]** O contato com estudantes, docentes e com a própria equipe do PEP nos dá muita energia. As ações do programa se tornaram mais difíceis quando deixamos de dispor dos recursos para o transporte das turmas de visitantes, mas muitas escolas ainda conseguem se organizar e trazer seus estudantes por conta própria. Em determinada época, fizemos até 150 oficinas por ano. Depois, caímos para 30 ou 40 e, hoje, estamos entre 40 e 45. Um dos motivos que nos leva a dar continuidade ao programa é essa ótima receptividade que temos entre as escolas. Há um grupo de professores fiéis, que fazem o possível para trazer suas turmas. Isso nos mostra que o trabalho vale a pena, que transforma a rotina escolar. Do ponto de vista da universidade, sinto que o PEP é uma das poucas oportunidades que temos para um contato mais direto com realidades externas ao mundo acadêmico. Esse investimento tem a ver com nossa preocupação com a formação dos futuros professores, para que eles sejam capacitados a ir além dos seminários de discussão de texto ou das aulas expositivo-dialogadas. Acreditamos em formas mais participativas e sensíveis de ensino, que mobilizem, que tenham o poder de desinstalar, de trazer desconforto, de provocar dúvidas e curiosidade. Esses elementos me inspiram a continuar o trabalho do PEP, mesmo com dificuldades. Além disso, o programa coloca em prática as relações entre ensino, pesquisa e extensão, pois o que estamos proporcionando às escolas é também resultado do desenvolvimento da produção acadêmica e exige que estejamos sempre atualizados em relação às grandes tendências das temáticas com as quais trabalhamos. Nos últimos anos, há uma forte discussão no Brasil a respeito da história pública. Se analisarmos com cuidado a experiência do PEP, vemos que se trata de uma experiência de produção de conhecimento histórico feita fora da universidade, não apenas pela via da mediação, mas sim a partir da criação de situações nas quais um público mais amplo tem acesso às ferramentas de pesquisa histórica. Ter noção de que se escreve história a partir dos documentos, de que existe uma instituição que os guarda e de que a vida de muitas pessoas está contada ali é uma chave de compreensão da história pública.

**[Clarissa Sommer]** Carla falou uma palavra que é base de tudo: sensibilidade. Fomos tomadas por essa ideia de transformar o espaço do arquivo em um ambiente educativo, plural, que se conecta à universidade. Hoje, sou a única servidora efetiva do Apers que se dedica diretamente ao PEP, embora muitas pessoas já tenham contribuído. Faço isso porque percebo que essa é uma das poucas iniciativas no Brasil que tem essa amplitude, que tem solidez há muitos anos. Embora seja árduo, esse é um trabalho exemplar para outras instituições. Ele mostra que é possível extrapolar a difusão para além do marketing institucional e colocar o sensível e os processos de ensino-aprendizagem nessa apropriação do ambiente do arquivo. Hoje, a ideia principal é de que a colaboração entre arquivistas, historiadores e outros diferentes profissionais pode fomentar ações que vão além desse dar a conhecer a partir do acervo. Fomentamos espaços de reflexão muito potentes e muito sensíveis. Além disso, algo importante a ser destacado é que passamos por diferentes gestões e pudemos manter o programa. Em um contexto de desestruturação do estado, de abandono das instituições culturais e em que o patrimônio é alijado do debate público, é bastante importante dimensionar o significado de termos uma instituição sólida. Por mais que tenhamos muitos problemas, que ainda precisemos avançar na gestão documental do estado e que os servidores estejam desestimulados pela perda de direitos, conseguimos nos manter minimamente sólidos, porque somos um corpo técnico. Reivindico muito essa questão dos servidores públicos de carreira, não apenas porque somos, mas porque é isso que nos possibilitou mostrar a importância teórica, metodológica e sensível desse trabalho em diferentes contextos. Inclusive ter diretoras que também são servidoras foi algo que nos ajudou muito ao longo desses anos.

**[Acervo]** *Na formulação das oficinas de educação patrimonial, chamam atenção tanto as temáticas escolhidas, quanto o entendimento a respeito do papel do acervo arquivístico sobre elas. Como se deram essas escolhas e como ocorreu a seleção dos documentos que subsidiam a criação das oficinas?*

**[Carla Rodeghero]** A primeira oficina empregou os documentos sobre escravidão a partir de um trabalho anterior do Apers – a organização de um catálogo de todo o acervo custodiado pela instituição sobre o tema. Buscamos uma seleção que desse conta de diferentes tipologias de documentos e também de distintas situações do contexto da escravidão. Em todas as oficinas do PEP o mecanismo foi mais ou menos esse:

escolhemos um tema, selecionamos um conjunto de documentos já tratados arquivisticamente pelos servidores do Apers e refletimos a respeito do conhecimento acadêmico mais atualizado e adequado possível. Ao longo do tempo, nem sempre de forma proposital, nos demos conta de que estávamos respondendo a três grandes questões sensíveis da história do Brasil: a permanência do racismo, tendo em vista as raízes da escravidão; a questão da instabilidade democrática e da falta de cultura de respeito aos direitos humanos; e a questão de violência contra as mulheres.

**[Clarissa Sommer]** É importante frisar que a seleção dos documentos nunca se deu de forma alheia aos processos arquivísticos encadeados pelo Apers. Por exemplo: a partir de 2006, o arquivo desenvolveu o projeto Documentos da Escravidão, cujo objetivo era produzir catálogos sobre a temática. Essa experiência arquivística nos motivou a lidar com o tema na primeira oficina. Já na segunda, intitulada originalmente Historiador por um dia (e depois Desvendando o Arquivo Público), pensamos em mostrar como os historiadores constroem o conhecimento histórico a partir do lugar do arquivo, mas, depois, percebemos que mudando a abordagem, poderíamos ampliar a discussão para tratar também de relações de gênero. Na terceira oficina, Resistência em Arquivo, que dialogou com o aniversário de cinquenta anos do golpe de 1964, nos unimos novamente a um projeto mais amplo da instituição – a descrição do acervo da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos –, para tratar de outro tema sensível da história do Brasil. Penso que quando trabalhamos com itens documentais, entramos em um debate delicado do ponto de vista arquivístico. Em geral, se defende que ações de difusão priorizem a visibilidade dos fundos documentais e não de itens isolados. Por conta disso, embora não façamos uma discussão teórica propriamente dita, nas oficinas, temos buscado demonstrar essa perspectiva, indicando quais fundos estão sendo visibilizados e as diferenças entre tipos documentais. Essa experiência, no entanto, deve ser compreendida também pelo ponto de vista de nossa parceria com o curso de história. Se tivéssemos parceiros na arquivologia, por exemplo, provavelmente a abordagem seria um pouco distinta. Mas nós acolhemos diferentes interesses, no melhor sentido da palavra. Para a formação dos futuros professores, é importante que consigamos dialogar com as temáticas escolhidas, mostrar como se dá a produção do conhecimento histórico, sem negligenciar os preceitos da arquivística, mas atentando como os acervos são historicamente construídos.

**[Acervo]** Vamos falar um pouco da capacitação dos oficinairos. Como se dá esse processo?

**[Carla Rodeghero]** Nós temos uma equipe fixa, que preparamos a cada ano, e também um conjunto de vagas para estagiários, que é ocupado por estudantes no estágio curricular obrigatório da licenciatura em história. É importante destacar que nós só trabalhamos com estagiários de licenciatura. O que esses estudantes fazem é, especificamente, o resultado da parceria entre a universidade e o arquivo: eles aprendem a trabalhar com patrimônio documental como uma ferramenta de ação educativa. A capacitação se dá, portanto, no sentido de desenvolver reflexões sobre educação patrimonial e ensino de história a partir dos materiais disponibilizados para as oficinas. Houve um momento em que discutíamos vários textos a respeito de educação patrimonial, mas depois concluímos que talvez essa não fosse uma tarefa do PEP. Em uma espécie de laboratório de aprendizagem coletiva, hoje, trabalhamos de forma mais prática, buscando estabelecer qual é a performance mais adequada para produzir uma conversa interessante e instigante a partir dos temas e documentos que selecionamos.

**[Clarissa Sommer]** Ao longo desses 12 anos, nós observamos mudanças nesse panorama. No começo, as capacitações eram abertas a um público externo mais amplo. Nós lançávamos uma grande divulgação para estudantes do curso de história, mas também de áreas afins ao patrimônio documental. O que acontecia, no entanto, é que começávamos as quarenta horas de capacitação com um grupo de vinte interessados de diversas áreas, mas quando essas pessoas se davam conta de que teriam que aplicar os conhecimentos discutidos na prática, com estudantes de verdade, elas evadiam. O público realmente fiel, que permanecia conosco, era esse do estágio curricular obrigatório da licenciatura em história. Explico isso para complementar que, ao longo desse tempo, já tivemos estudantes de outros cursos. A esse respeito, é interessante, por exemplo, pensar no perfil dos acadêmicos de arquivologia. Penso que pelas limitações no campo da difusão arquivística e por conta das características do próprio mercado de trabalho, quase nunca conseguimos estabelecer um diálogo de maior interesse com os futuros arquivistas. O que acontece com frequência é que professores solicitam a vivência de nossas oficinas como forma de sensibilizar os estudantes de arquivologia. Eles vêm ao arquivo, convivem conosco por uma tarde, mas não se transformam em oficinairos. E, por aí, vamos percebendo os perfis dos profissionais que

podem ocupar o arquivo. Percebemos que há espaço para o diálogo e para todos, pois há trabalhos a que uns são mais afeitos que outros. O que importa é que essa sensibilização ocorra no processo de formação.

**[Acervo]** *Na mesma linha, seria interessante que falássemos sobre a capacitação de professores e como se dá esse trabalho, tendo em vista os diversos desafios enfrentados por esses profissionais hoje.*

**[Carla Rodeghero]** Os oito cursos de formação de professores que organizamos até hoje tiveram o aprendizado como principal característica. Penso que é muito ruim a postura de que nós, da universidade, ensinamos aos professores que estão na escola. Os nossos cursos têm o desejo de potencializar o trabalho que realizamos com os estudantes. As temáticas geralmente se relacionam com os temas trabalhados nas oficinas e com reflexões mais amplas sobre educação, memória e patrimônio. Professores de diferentes disciplinas, idades e lugares já participaram dessas capacitações e minha experiência é a de que os cursos trazem subsídios tanto para eles quanto para quem está na universidade e no arquivo. Esse é o momento em que percebemos o que faz sentido para quem está nas escolas. Os cursos de capacitação, dessa forma, procuram ser um espaço de troca e diálogo.

**[Clarissa Sommer]** A primeira edição dos cursos de capacitação aconteceu em 2011. Parece que foi ontem, mas, se olharmos em perspectiva, a última década trouxe muitos elementos para o debate. Nossa própria relação com a ideia de educação patrimonial se transformou e o que nos parecia engessado e formal, hoje é muito marcado pelos momentos de convívio e de troca de aprendizagens. A ideia é que as capacitações dialoguem mais com as escolas e que os professores saiam delas revigorados, munidos de conceitos e materiais que possam ser introduzidos em sala de aula. Então, não se trata de uma questão de formar especialistas em patrimônio documental ou educação patrimonial, mas sim de servir como uma ponte de conexão entre as escolas e essa instituição arquivística centenária, sobre a qual muitas pessoas sabem pouco ou nada. Se pensarmos nesse debate sob o ponto de vista acadêmico, isso nos ajuda a deixar de lado certa arrogância e prima pelo estabelecimento de aprendizagens mais significativas e conexões participativas entre as pessoas. Penso que, às vezes, o que mais vale é participar da formação de cidadãos que irão enxergar o arquivo como um lugar que existe e que é significativo para a sociedade.

**[Acervo]** A partir da experiência do PEP, como vocês sintetizam ou definem o conceito de educação patrimonial?

**[Carla Rodeghero]** Acho que nós sempre tivemos o desejo de teorizar a respeito da experiência do PEP, mas ainda não conseguimos fazer isso. A resposta a essa pergunta deveria ser o amadurecimento da reflexão que precisamos fazer em conjunto, levando em conta a diversidade de olhares de quem está na universidade e no arquivo. A resposta que dou, portanto, é muito intuitiva. Entendo como educação patrimonial o conjunto de iniciativas como o PEP, que mobiliza, a partir de determinados patrimônios, uma série de reflexões voltadas a entender situações do passado e do presente que são significativas para um determinado grupo social. Educar a partir do patrimônio documental é o que temos tentado fazer ao longo dos anos. Creio que devemos avançar na caracterização sobre o que é patrimônio documental, mas o que está claro, por enquanto, é que os arquivos são importantes e que o processo que gerou a acumulação desses fundos deve ser conhecido por um público mais amplo, capaz de reconhecer os esforços feitos ao longo do tempo para que, hoje, possamos ter acesso a experiências diversas de cidadãos que viveram antes de nós e cujas trajetórias nos permitem entender processos históricos mais amplos.

**[Clarissa Sommer]** Como nossa experiência é muito localizada no patrimônio documental, nós acabamos por incidir mais na caracterização do conceito a partir dessa tipificação. Percebo, no entanto, que isso obviamente extrapola qualquer esfera do patrimônio cultural de que possamos tratar. A forma como sinto e intuo o conceito se distancia um pouco dos textos que li no passado. Não nos divorciamos deles e nem negamos esses textos – ao contrário, os entendemos como parte de um percurso teórico e conceitual necessário –, mas esses anos de atuação trouxeram outras visões. Entendo que, no início, tentávamos apenas construir um olhar para que o patrimônio pudesse ser apropriado por pessoas não necessariamente ligadas à academia ou às instituições de memória. Hoje, penso nesse processo de forma diferente. Trabalhamos a educação a partir do patrimônio. Não gosto muito da expressão “educar para o patrimônio”, pois a educação é para as pessoas, e como elas conseguem se apropriar do patrimônio e, inclusive, questionar os processos que levam determinadas coisas a serem consideradas como patrimônio. Quando falamos de documentos arquivísticos em um país como o Brasil, isso se torna ainda mais grave, pois boa parte da documentação custodiada nos arquivos públicos não passou por processos de tratamento documental



e, em alguns casos, sequer é conhecida. Penso que a metodologia que adotamos deve problematizar o patrimônio e incentivar as pessoas a dar significado a ele a partir de suas vidas, da percepção sobre o lugar que elas ocupam na sociedade. Ao longo desses anos, nós ouvimos muito a ideia de que a educação patrimonial serve para valorizar e reconhecer o patrimônio, mas acho que ela está para além disso: trata-se de fazer com que as pessoas se sintam parte do processo, sintam que aquele patrimônio é seu e que, por isso, pode ser questionado, revisto, reinterpretado, enfim, construído coletivamente.

**[Acervo]** *Depois de quase 16 mil estudantes recepcionados pelo PEP, qual é o rescaldo e quais são as perspectivas futuras projetadas?*

**[Carla Rodeghero]** Essa é a pergunta mais difícil. Estamos em um período de muitas incertezas e é difícil prever o que vem pela frente. De minha parte, uma das intenções é agregar mais colegas da universidade ao trabalho. Sinto que o PEP é relativamente bem valorizado, mas, se houvesse mais pessoas em torno dele, poderia ser melhor. Outra questão necessária – mas não sei se possível – é a de que as pessoas envolvidas no programa possam avançar mais no sentido de refletir a respeito da experiência adquirida. Precisamos publicar essa reflexão. Até hoje, não tivemos condições de fazer esse trabalho. Essas são minhas duas preocupações, por enquanto. Elas são pequenas se comparadas ao contexto catastrófico em que estamos vivendo, mas são importantes. É momento de retornar à bibliografia, de atualizar nossas discussões, de compreender as experiências que têm sido feitas em outros lugares e que podem trazer uma série de elementos positivos para a continuidade do trabalho.

**[Clarissa Sommer]** Para o contexto mais imediato, temos como perspectiva a construção de reflexões teóricas e também a retomada das oficinas. Em médio prazo, o desafio é manter o fôlego e o ânimo para que as ações do programa não esmoreçam nesse contexto tão negativo em que vivemos. Temos de manter a esperança de que, passado esse momento difícil, teremos um período melhor, em que o ensino e a extensão universitária, além das instituições arquivísticas, voltem a ser valorizados. Hoje, consigo enxergar que o PEP pode contribuir, também, para melhorar a relação entre história e arquivologia no Brasil. Se, historicamente, a disciplina arquivística precisou se afastar da história para se consolidar enquanto área e campo de produção de conhecimento teórico e técnico, talvez estejamos vivendo um momento em que elas devam se reaproximar. Ambas

estão diante de novos desafios teóricos, proporcionados pelas inovações do mundo contemporâneo, e me parece que nossas experiências podem ser aproveitadas para debater uma relação que é intrínseca. Uma área não precisa refutar a outra para se consolidar. Já avançamos muito nesse sentido, mas é hora de nos apoiarmos, de potencializarmos nossas forças diante da conjuntura atual.

A partir de convite da *Acervo*, a entrevista foi realizada por Francisco Alcides Cougo Junior, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e Renata Ovenhausen Albernaz, doutora em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).